

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências



**Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)**

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências



**Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A pesquisa e o ensino das ciências humanas: mudanças e tendências

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P474 A pesquisa e o ensino das ciências humanas [recurso eletrônico] :
mudanças e tendências / Organizadoras Denise Pereira, Janaína
de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-220-3

DOI 10.22533/at.ed.203202207

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Metodologia.
I. Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos aforismos famosos do filósofo estóico romano Seneca é dizer que a pessoa quando ensina, aprende. De fato, a profunda relação entre ensinar e aprender é retomada, de tempos em tempos por diferentes pensadores de diversos países.

Essa preocupação se dá justamente por que, enquanto seres humanos estamos envolvidos, a todo momento com as distintas dimensões de ensinar e aprender e com a produção de conhecimento como um todo. Pensar, refletir aprender, são ações essencialmente humanas, momentos de construção de todo um escopo de experiências coletivas e individuais. Ainda que não esteja presente na frase de Sêneca do começo deste texto, outra dimensão nessa relação de ensinar e aprender é o ato de pesquisar. Não podemos dizer que a pesquisa figura exatamente como um “elemento oculto” do aforismo, (ou seja, que não é citado, mas está presente). Ainda assim, não é incorreto dizer que o ato de pesquisar é um sustentáculo de todo e qualquer ensino. De fato, não há ensino sem pesquisa, e não há pesquisa sem divulgação do saber o que é, de certa maneira, ensino.

A palavra pesquisa tem estado muito presente do nosso senso comum, nossa vida cotidiana, uma pesquisa pode envolver tanto a busca por menores preços, ou informações concretas para a tomada de uma decisão cotidiana qualquer, como também pode se referir a raciocínios e processos complexos e controlados em procedimentos substanciais de produção do conhecimento. Um modo de vida. Em comum, ambos os significados tem o fato de que a pesquisa é um elemento fundante da experiência humana. Na área de ciências humanas, as investigações feitas, como é da própria natureza da área, sempre existe um amálgama bastante presente entre pesquisa, seus métodos e paradigmas e o ensino. Neste sentido temos assistido, no século XXI uma mudança significativa. Se a sociedade muda e novas são suas demandas, aspirações e necessidades, muda também o entendimento dos diferentes fenômenos sociais e as exigências inerentes ao seu processo de ensino. Assim, no mundo em que vivemos com o crescimento do espaço ocupado pelo ambiente virtual, as demandas de conhecimento e do mercado de trabalho da atualidade, balizam mudanças constantes que visam entender esse movimento ininterrupto, suas transformações e tendências.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE BULLYING	
Laís Caroline Amaral de Almeida Luciana Aparecida Nogueira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.2032022071	
CAPÍTULO 2	18
A CONSTRUÇÃO DE UM PESQUISADOR A PARTIR DE SUAS IMPLICAÇÕES E INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE INSTITUCIONAL	
Mayhara Alves de Lima Aidecivaldo Fernandes de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2032022072	
CAPÍTULO 3	29
A EXTENSÃO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
André Luis Quinelato Claudia Gallert Graziela Cantelle de Pinho Isadora Goedert Jacqueline Maria Duarte Lewandowski Jéssica Fernanda Wessler Ferreira Luzia Alves da Silva Silvana Lazzarotto Schmitt Telma Beiser de Melo Zara	
DOI 10.22533/at.ed.2032022073	
CAPÍTULO 4	41
A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FRENTE A DIMENSÃO SOCIAL DO SUJEITO	
Maria Adalgiza Albuquerque Succi	
DOI 10.22533/at.ed.2032022074	
CAPÍTULO 5	55
AÇÕES AFIRMATIVAS: VAGAS PARA GRUPOS SOCIAIS E ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)	
Júlio César Xaveiro dos Santos Divina Aparecida Leonel Lunas	
DOI 10.22533/at.ed.2032022075	
CAPÍTULO 6	64
EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM EXEMPLO TEÓRICO E PRÁTICO NO ESTADO DO PARÁ	
Joaquim Augusto Souza de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.2032022076	
CAPÍTULO 7	91
ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO PARA UM(A) “PESQUISADOR(A) EMANCIPADO(A)” NAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Lara Brum de Calais	
DOI 10.22533/at.ed.2032022077	

CAPÍTULO 8	106
EXPANSÃO, ENADE E INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Ana Lúcia Cunha Duarte Ana Beatriz Frazão da Silva Rafael Mendonça Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.2032022078	
CAPÍTULO 9	118
FAZER PESQUISA EM HUMANIDADES HOJE, OU SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO CIENTÍFICO	
Rubens da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.2032022079	
CAPÍTULO 10	134
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO INFANTIL: O ALUNO COMO PROTAGONISTA DA APRENDIZAGEM	
Larissa Andrade Silva Elisabete Tomomi Kowata	
DOI 10.22533/at.ed.20320220710	
CAPÍTULO 11	142
O PAPEL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E AS TEORIAS CRÍTICAS: CONTRIBUTO DOS ENUNCIATIVOS CONTEMPORÂNEOS	
Fábio Brum Diego da Costa dos Santos Diogo Dias de Paula Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.20320220711	
CAPÍTULO 12	153
PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA: SAÍDAS POSSÍVEIS SOB A ÉGIDE DA DEMOCRACIA	
Humberto Teixeira Ramos Lilian Miranda Bastos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.20320220712	
CAPÍTULO 13	171
POR UM ENSINO TRANSDISCIPLINAR: UM ENSAIO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	
Josimar Monteiro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20320220713	
CAPÍTULO 14	182
QUEM REPRESENTA OS ESTUDANTES? DEMOCRACIA E UNIDADE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
Isabella Yi Ni Vargas Chen Antonio Euzébios Filho	
DOI 10.22533/at.ed.20320220714	
CAPÍTULO 15	201
RELAÇÕES INTERPESSOAIS: REFLEXOS NO ENSINO	
Jânia Félix de Jesus Ferreira Núbia de Fátima Félix Ferreira Altina Abadia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20320220715	

CAPÍTULO 16	212
FRACASSO ESCOLAR E EVASÃO: UM ESTUDO SOBRE A DIFICULDADE PARA LER E ESCREVER Karla Aparecida Zucoloto DOI 10.22533/at.ed.20320220716	
CAPÍTULO 17	217
UM BREVE HISTÓRICO DAS FEIRAS DE CIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE/RR - 1997 A 2019 Marilene Kreutz de Oliveira Ivanise Maria Rizzatti Lenir Santos do Nascimento Moura Jesucina do Nascimento Moura Oliveira Eliaquim Barbosa Pereira DOI 10.22533/at.ed.20320220717	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM EXEMPLO TEÓRICO E PRÁTICO NO ESTADO DO PARÁ

Data de aceite: 01/07/2020

Joaquim Augusto Souza de Menezes

Administrador/Professor/Escritor/Produtor Cultural. Doutor em Artes/UFPA. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté/SP. Pós-graduado em Elaboração e Análise de Projetos Econômicos, Marketing e Gestão Governamental

RESUMO: A importância deste estudo é resultado de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, direcionada ao entendimento sobre Educação do Campo e Movimentos Sociais no contexto brasileiro, e a importância dos movimentos para a conquista da implementação de políticas públicas em qualquer esfera governamental. Discute, também, acerca do processo da globalização, e da agricultura familiar na abrangência mundial e brasileira. Porém, as principais reflexões se concentram ao entendimento sobre Educação do Campo e Movimentos Sociais por meio de sua história, legislação, programas, e como estes se consolidaram no Estado do Pará. Desta forma, o exercício das reflexões tem sua praticidade por meio de um exemplo teórico e prático localizado na Região Norte do Brasil, no Estado do Pará que analisa o Programa de

Modernização da Agricultura Familiar, vertente fundamental a eficiência e eficácia (efetivação) das políticas públicas ao Direito de ARAR A TERRA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Agricultura Familiar.

ABSTRACT: The importance of this study is the result of a qualitative, documentary and bibliographical research, directed to the understanding of Field Education and Social Movements in the Brazilian context, and the importance of the movements for the achievement of the implementation of public policies in any governmental sphere. It also discusses the process of globalization, and family agriculture in the world and Brazilian scope. However, the main reflections are focused on the understanding of Field Education and Social Movements through its history, legislation, programs, and how these were consolidated in the State of Pará. In this way, the exercise of reflections has its practicality through a theoretical and practical example located in the Northern Region of Brazil, in the State of Pará, which analyzes the Family Agriculture Modernization Program, which is fundamental to the effectiveness and effectiveness of public policies on the Right to Land.

KEYWORDS: Field Education. Social Movements. Family Farming.

1 | INTRODUÇÃO

O referido texto nasce da necessidade de investigar a trajetória entre a educação básica com as especificidades do campo do saber, conforme preceitua o artigo 28 da Lei Federal Nº 9.394/96 de 20 de dezembro, com a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 5º, inciso X, mas precisamente por meio do programa agrícola familiar no Estado do Pará.

Todavia, é importante salientar que a história da educação brasileira é marcada por um processo sistematizado da transmissão do conhecimento, onde o professor é comunicador da informação, e o aluno o recebedor dessa informação, cenário este, que não ocorre na Educação das Especificidades dos Campos dos Saberes, pois exige a interação do conhecimento com a praticidade do e no fazer, visto que vivemos em um mundo globalizado, competitivo, em constante transformação, de forma que não só forme cidadãos com consciência crítica, como profissionais devidamente capacitados para entrarem no mercado de trabalho.

Esse cenário global provocou a busca por um novo modelo na educação brasileira, permitindo a interação entre a arte de ensinar com a arte do aprender, conjuntamente, que é mais evidente na educação no campo do saber, foco, também, da investigação neste estudo, que para autor é atribuída aos movimentos sociais, agricultura familiar, correlacionando as conquistas das políticas públicas de atendimento à educação rural.

2 | OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NO CAMPO NO CONTEXTO BRASILEIRO AO DIREITO DE ARAR A TERRA

Os Movimentos Sociais no Brasil são marcados por ocorrências de lutas e/ou revoltas populares, advindas da concepção sociológica de diversas classes ou categorias sociais. Mas entre os fatos ocorridos cronologicamente, um é evidente, a Confederação dos Tamoios, século XVI, entre os anos de 1556 e 1567, que se refere à revolta indígena da tribo dos Tupinambás contra a tentativa dos colonos de escravizar os indígenas¹. Outros movimentos merecem destaque: Insurreição Pernambucana (1645), Inconfidência Mineira (1789), Guerra de Canudos (1896), Revolução Constitucionalista de 1932 e os Impeachments dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Vana Rousseff, respectivamente, 1992 e 2016.

É evidente, que os movimentos sociais no Brasil são marcados por lutas e embates contra governos, até certo ponto autoritários, e por lutas na busca pela liberdade de

¹ Ilustração pela figura 01, que simboliza “O último tamoio”, quadro de 1883 de Rodolfo Amoedo retratando o extermínio dos tamoios (índios).

expressão e o respeito ao Estado de Direito Democrático, conforme perpetua a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Todavia, neste estudo, vamos nos deter aos movimentos sociais que marcaram o Brasil a partir do século XX.

Considerando que iremos correlacionar a Educação do Campo com o Programa Agricultura Familiar, é necessário termos comentário sobre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, que a partir de agora é tratado, somente, por MST, o qual se se correlaciona diretamente ao olhar sistêmico do estudo.



Fonte: Disponível: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/02/o-ultimo-tamoio.jpg>, (ago/2017).

O MST, é um movimento de cunho ativista político e social, com visão marxista, e teve sua origem nas manifestações opostas a proposta da Reforma Agrária durante o Governo Militar, que priorizava a colonização de terras devolutas. **Mas o que são terras devolutas em nosso ponto de vista?**

✓ “São terras públicas, sem destinação pelo Poder Público, e que não integraram o patrimônio de um particular, mesmo que este se encontre de maneira irregularmente no sentido da posse”.

E por sua vez, exemplificamos esse entendimento:

✓ Terras destinadas à produção ao longo da rodovia da Transamazônica, que segundo alguns historiadores tinham a finalidade por parte do Governo Militar, que exportavam excedentes populacionais para territórios considerados estratégicos, mas sem qualquer condição mínima no processo de assentamento, e como consequência futura o abandono por falta da má qualidade da Gestão do Poder Executivo.

O movimento do MST não pactuava com esse tipo de ação governamental, reivindicava a redistribuição das terras, que na visão do movimento eram e/ou se encontravam em estágio improdutivo, para serem assentadas pelas famílias dos trabalhadores rurais.

E durante a década dos anos 80, historicamente falando, o MST tem sua origem

no Brasil. E sua história, é relacionada à Política Agrária, pois tinham o entendimento completamente diferente ao entendimento da Gestão Militar, que defendiam a expansão da fronteira agrícola pelo processo da mecanização, que só ocorria em produção de altíssima escala, eliminando assim, a produção dos agricultores de pequeno e médio porte.

A negatividade das ações incipientes da gestão pública levou a um altíssimo êxodo rural não controlável, e se intensificou rapidamente, e como consequência ocorreu à migração de mais de 30 milhões pessoas que se encontravam nas zonas rurais para as áreas urbanas, em busca de melhor qualidade de vida.

O vasto processo migratório, e a não preparação das cidades para receberem, adequadamente, o grande quantitativo de pessoas, as consequências instaladas foram de ordem negativa, e atingiram imediatamente a prestação dos serviços públicos, visto que a nova população clamava por melhores condições, tanto na educação, saúde, transporte, moradia, emprego, outros.

Entretanto, o abalo maior foi detectado no setor da geração de emprego e renda, o índice de desemprego e subemprego foi altíssimo, além da insegurança física, social, psicológica e humanitária. Muitos retornaram as suas origens, e outros iniciaram a luta pelo direito de arar a terra. E o grito se instalou, pedindo o fim gestão do regime militar. Vejamos as figuras de números 02 e 03, disponível: palavrastodaspalavras.wordpress.com, em (ago/2017).



Um fato é marcante nesse processo, e nos remete a reflexão **O DIREITO DE ARAR A TERRA**. E em um olhar bíblico, deparamos em Zacarias 13,5 “Mas dirão: Não sou profeta, sou lavrador da terra; porque tenho sido escravo desde a minha mocidade”. Esta passagem em nosso entendimento, não diverge do cenário histórico que deu origem ao MST, em uma vertente socioreligiosa, pois nos remete até certo ponto a exclusão ao direito a um pedaço de terra, tanto em tempos no século XX, como também, em pleno século XXI.

Sobre essa reflexão, e voltando à missão religiosa, nos reportamos ao ano de 1984

quando a Comissão Pastoral da Terra, agente signatária religiosa, em conjunto com os devidos representantes dos movimentos sociais, e, os sindicatos de trabalhadores rurais realizam em Cascavel, cidade do Paraná, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, com finalidade central, a Fundação do MST.

Nesse encontro, observou-se que maior concentração de terras do mundo tá Brasil, e que os maiores latifúndios, também, assim como, segundo informações coletadas em relatórios bibliográficos do próprio MST chega-se a conclusão que no Brasil há a maior concentração de terras improdutividade. E este cenário é decorrente desde as raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa neste território desde o século 16.

Outro aspecto é correlacionado a combinada entre a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje², levam a afirmar que o MST é uma organização advinda do processo de contramão ao princípio da equidade social tão fortemente presente em um Estado de Direito Democrático.

Segundo dados do MST, o movimento está presente em vinte e quatro estados, nas cinco regiões do Brasil. Suas atividades já beneficiaram cerca de 350 mil famílias com a conquista do direito a terra, isto é, trabalhadores rurais. E mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas em movimentos sob o comando central do MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária, tão desejada até hoje.

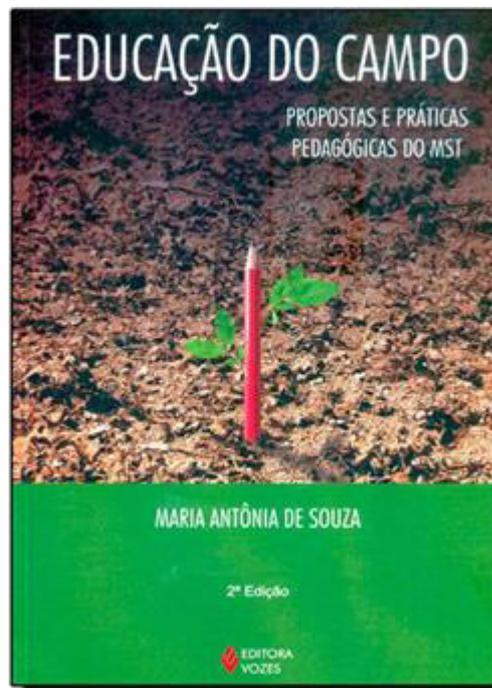
As ações do MST não se restringem, somente, a conquistar um pedaço de terra, vai além deste objetivo, vejamos:

- São mais de duas mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos;
- Duzentos mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação;
- Cinquenta mil adultos alfabetizados;
- Dois mil estudantes em cursos técnicos e superiores; mais de cem cursos de graduação em parceria com universidades públicas espalhadas no Brasil;
- Vastíssimo quantitativo de projetos educacionais concluídos e andamento no país;
- Uma vasta série de publicações em campo diversificada e outras.

Destaque-se para o autor deste artigo a publicação abaixo, que é uma obra que valoriza a cultura, a identidade e a organização do trabalhador do campo, e oferece uma reflexão sobre os movimentos sociais do campo, singularmente o MST, como espaço educativo figura 04³.

2 A História da luta pela terra/Seções. Disponível: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>, acesso (ago/2017).

3 A História da luta pela terra/Publicações. Disponível: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>, acesso (ago/2017).



Retornando às ações governamentais, supracitadas, contempla no artigo 28 da Lei Federal Nº 9.394/96 de 20 de dezembro, e por sua vez, menciona que a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 5º, inciso X, estabelecem, respectivamente:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. E em seu Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014).

O art. 5 trata dos objetivos, e diz:

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: I - crédito e fundo de aval; II - infraestrutura e serviços; III - assistência técnica e extensão rural; IV - pesquisa; V - comercialização; VI - seguro; VII - habitação; VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; IX - cooperativismo e associativismo; X - educação, capacitação e profissionalização; XI - negócios e serviços rurais não agrícolas; XII - agroindustrialização.

Entretanto, como complementação a preocupação no processo de gestar a Educação nas Especificidades no Campo do Saber, o CNE/CEB, em suas diretrizes de números 1, de 3 de abril de 2002, e a promulgação da Resolução nº. 2 estabelecem diretrizes ao

desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à Educação Básica do Campo, vejamos na íntegra o artigo 1º da Resolução:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Então, para melhor entendimento vejamos cada parágrafo.

§ 1º A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

§ 2º A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária.

§ 3º A Educação do Campo será desenvolvida, preferentemente, pelo ensino regular.

§ 4º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria.

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

Fica evidente que a Educação do Campo é uma conquista do MST, que é um dos N Movimentos Sociais no Brasil. Desta maneira, é importante salientar que mesmo de maneira incipiente há diálogo entre a Esfera Governamental com os Movimentos, e que neste processo, o produto é produtivo, tanto aos Movimentos, como aos Agentes Público, pois no final desta interação existe a construção coletiva, harmônica e democrática no Estado de Direito chamado Brasil.

Visando exemplificar a correlação entre Educação no Campo e Movimentos Sociais, passaremos a refletir sobre AGRICULTURA FAMILIAR como fato decorrente da conquista dos Movimentos Sociais em uma vertente estratégica no Estado do Pará, e em caráter prático e real. Outrossim, é necessário tecer um conjunto de reflexões, inicialmente, sobre globalização, pois esta é presente em todos os seguimentos dos Campos do Saber, e

neste artigo na vertente da Educação no Campo.

A imagem, abaixo, representa a chegada da tecnologia no campo. Todavia, a utilização da tecnologia é uma decorrência da educação. Figura 05, disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/noticia/pontos-turisticos-contam-historia-de-belem-e-estimulam-o-destino-para>, acesso (ago/2017).



3 | GLOBALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO MUNDIAL E BRASILEIRO

A Globalização tem sido um processo no qual não há retrocesso, e junto com ela vem muitas mudanças em todos os aspectos da economia mundial, transformando-a e nivelando-as em escala global, fazendo com que tudo que afete a economia a nível mundial reflita na economia interna de cada País, reduzindo drasticamente a liberdade dos Estados no tocante a políticas fiscais, monetárias e cambiais, gerando uma planificação fiscal e econômica em torno do comércio e serviços. Pensando assim, Waquil (1997) enfatiza:

A globalização tem sido tratada simplesmente como uma questão de internacionalização do capital ou de liberalização comercial. Entretanto, devemos entender amplamente estes processos como resultantes de um conjunto de forças: econômicas, sociais, históricas, políticas, ideológicas, culturais, religiosas. Estas transformações no cenário internacional, aliadas ao progresso tecnológico, reorganizam a produção, alterando as relações econômicas e sociais.

Esse processo de planificação tem obrigado o esforço dos diferentes países no sentido de desenvolvimento de mecanismos de regularização de relação entre parceiros comerciais, buscando a maximização da produtividade e a minimização de custos de

produção para uma efetiva competitividade no mercado interno e externo.

Com essa verdadeira “guerra” econômica surge a necessidade de novas normas de defesa agropecuária, normas essas também regidas pela exigência mundial, apoiadas no conhecimento científico e tecnológico, o que implica em uma reformulação geral das políticas sanitárias, base obrigatória para qualquer país que deseje entrar na disputa de mercados internacionais.

Os impactos desse processo globalizante sobre a economia agrícola brasileira se refletiram negativamente principalmente sobre uma parcela produtiva substancial do País, o pequeno agricultor. Pois o estabelecimento de políticas macroeconômicas visando privilegiar setores mais capitalizados e esferas produtivas voltadas ao mercado internacional para harmonizar o déficit da balança comercial do país deixou grande parte desse segmento sem poder ter acesso a esses subsídios oferecidos por essas políticas agrícolas, resultando na defasagem de preços de produtos em relação aos insumos e por conseqüência, no endividamento do setor, causando falências e desemprego no campo.

E estes fatores demonstram a necessidade de fortalecer estes setores, tendo em vista a integração, entretanto ressalta-se que integrar deve significar a adoção conjunta de estratégias de desenvolvimento, não somente de estratégias comerciais, pois integração implica em relacionamento multidimensional, que necessariamente requer uma base comum de valores para que os custos com investimento recebam incentivos para sustentar o processo. Por isso Waquil (1997) reforça:

Os efeitos da integração regional não se refletem apenas sobre os níveis de produção, fluxos comerciais e sobre os níveis de preços. Se refletem, também sobre a capacidade de manter e gerar novos empregos, sobre a capacidade de gerar renda, sobre as relações sociais e ambientais, enfim sobre os níveis de bem-estar dos indivíduos em cada nação participante.

E sabe-se que a expansão do setor industrial e o decorrente aumento na demanda por mão-de-obra proporcionaram o estabelecimento de uma gama variada de atividades econômicas como os serviços, os empregos autônomos e as funções públicas.

Esse quadro da situação agrícola brasileira durou até a década de 90 quando dois fatores foram fundamentais para a mudança dessa situação:

1ª. Em primeiro lugar, a união e organização dos trabalhadores rurais que passaram a ter voz ativa e pressionar o governo e entidades relacionadas à agricultura, promovendo as famosas “Jornadas Nacionais de Luta” entrando em definitivo no cenário político nacional e na agenda pública para o meio rural.

2ª. E em segundo lugar, Órgãos como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Organização para a Agricultura e a Alimentação - FAO iniciam estudos para definir a agricultura familiar, estabelecendo vetores que deveriam a partir de então nortear a criação de políticas para esse segmento em particular.

Em 1994, com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, que serviria de facilitador de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares, recursos esses que seriam concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. No entanto, os resultados desse Programa deixaram a desejar em função das dificuldades que esses agricultores tinham em atender as exigências do sistema financeiro.

No ano seguinte, o PROVAP sofreu profundas mudanças tanto no que tangia a concepção quanto a abrangência, e essas mudanças aliadas a outros programas e projetos voltados a mudança social, saúde, educação, saneamento, habitação, capacitação profissional, sistema produtivo integrado a infraestrutura, além do crédito rural desburocratizado deram origem ao que hoje é o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, uma conquista dos movimentos sociais, e em especial do MST, visto o direito em ARAR A TERRA começa a ser atendido, e ilustrado pela figura 06.

Em sua missão, o PRONAF faz a seguinte afirmação:

Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso a terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.



Fonte: Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>, acesso (ago/2017).

O Pronaf foi criado em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto 1.946, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Seus objetivos são destinados ao micro e pequeno agricultor, visando:

Atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais; Possibilitar a elevação de sua capacidade produtiva; Gerar emprego e renda; Contribuir para a redução das desigualdades sociais e Utilizar forma mais eficiente à mão-de-obra familiar.

A constituição do PRONAF é decomposta em subprogramas, os quais são destinados a financiar a necessidade específica do agricultor, como:

- **PRONAF AGROINDÚSTRIA:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
- **PRONAF MULHER:** financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.
- **PRONAF AGROECOLOGIA:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- **PRONAF ECO:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.

- **PRONAF MAIS ALIMENTOS:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
- **PRONAF JOVEM:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.
- **PRONAF MICROCRÉDITO (GRUPO “B”):** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
- **PRONAF COTAS-PARTES:** financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Enfim, o PRONAF é mais conhecido pelo crédito aos agricultores familiares, mas vai, além disso. Atualmente o programa conta com o subprograma destinado a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que visa fomentar a geração de renda pela agroindústria, turismo rural, biocombustíveis, plantas medicinais, cadeia produtiva, seguro agrícola, seguro de preço e seguro contra calamidade por seca na Região Nordeste.

Então é assertivo dizer que a política de desenvolvimento rural no Brasil, é decorrente dos movimentos sociais, e mais, a estruturação para a criação do PRONAF levou em conta o grito do direito a ARAR A TERRA PELO MST, e a missão do PRONAF é sem dúvida o retrato da conquista desse movimento no ponto de vista do autor deste artigo.

4 | AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARÁ PELO CONTEXTO TEÓRICA E PRÁTICA

No processo da agricultura familiar, é importante ressaltar os aspectos relevantes e favoráveis sobre a região que propiciam a implementação desse segmento. Portanto, conforme o Guia Empresarial do Pará⁴ seguem abaixo, as principais características em um olhar empresarial, as quais consolidam a preocupação pela implementação da Educação em um Determinado Campo do Saber com vistas ao alcance da melhor utilização do ARAR A TERRA, então vamos que vamos.

O Estado do Pará se localiza na Região Norte, e, é atravessado no extremo norte pela linha do equador, possuindo terras nos dois hemisférios. Limita-se ao norte com a Guiana Francesa; a nordeste com o Estado do Amapá e com o oceano atlântico; a leste com o Estado do Maranhão; a sudeste com o Estado do Tocantins; ao sul e sudoeste com o Estado do Mato Grosso; a oeste com o Estado do Amazonas e no extremo noroeste com o Estado de Roraima.

⁴ **Fonte:** Guia Empresarial do Pará, disponível em: <http://www.guiadopara.com.br/guiadopara/guia.php>, (ago/2017).

Com relação à área territorial, é o segundo maior estado brasileiro, com uma superfície de 1.253.154,5 km², ocupando 14,66% do território nacional. E o litoral paraense (562 km), é todo banhado pelo oceano atlântico. No quesito população, de acordo com o IBGE a população paraense no último censo (2010) é composta por 7.588.078 pessoas, dos quais 3.762.833 são mulheres e 3.825.245 homens.

O clima é equatorial quente e úmido, com ventos constantes e muita chuva, pelo fato do Pará se localizar na zona do equador. O índice pluviométrico é menor entre julho e outubro, quando a mais horas de sol, o índice anual é de 2.000 mm³, variando de 1.677mm³ a 3.215 mm³. E as temperaturas médias anuais oscilam entre 24°C e 26°C e a umidade relativa do ar é de 80%. O arquipélago do Marajó concentra as áreas mais úmidas do Estado. Os municípios do Médio Amazonas detêm as mais secas.

O solo paraense é caracterizado principalmente pela intensa lixiviação (lavagem do solo pelas águas da chuva). As derrubadas e queimadas submetem o solo à erosão pluvial em decorrência dos altos índices pluviométricos da região. E classificados genericamente em solos de várzea e de terra firme, que se localizam as margens dos rios os solos de várzea são adubados e drenados naturalmente pelas enchentes periódicas. Outra característica se refere à composição, rica em matéria orgânica, devido aluviões que depositam em suas margens, são originários de terrenos sedimentares recentes, hidromorfos e geralmente argiloarenosos, e apropriados em culturas temporárias como arroz, juta e malva. Por fim, o solo em terra firme, com predominância dos latossolos, amarelos ou vermelhos, é destinado a culturas permanentes como a pimenta-do-reino, cacau e dendê.

O Pará possui 144 municípios e os 12 maiores em extensão rural são: Altamira, Oriximiná, São Félix do Xingu, Almeirim, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Óbidos, Portel, Alenquer, Santarém, e Monte Alegre, juntos totalizam 702.970,50 km² cerca de 56% do território do Estado.

Os 12 maiores municípios quanto a sua população são: Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá, Castanhal, Abaetetuba, Itaituba, Cametá, Bragança, Altamira, Breves e Paragominas que juntas corresponde a 46% da população total do Estado.

A divisão administrativa, o Pará está dividido em seis (6) mesorregiões e (22) vinte e duas microrregiões. As mesorregiões são constituídas levando-se em conta as semelhanças econômicas, sociais e políticas e as microrregiões consideram a estrutura produtiva de cada comunidade econômica.

É importante abrirmos um parêntese para o setor educacional, uma vez que é foco deste estudo, e que por sua vez, apresenta um quadro de 15.212 estabelecimentos de ensino, dos quais 1.567 estão vinculados à rede estadual, quatro à rede federal, 13.131 à rede municipal e 510 à rede particular. A formação superior é garantida pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com vários campi pelo Estado, Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do

Pará (UEPA) e diversas Instituições de Ensino Superior particulares que atuam em alguns municípios.

Como a iniciativa privada precisa de incentivos lucrativos para se implantar, é papel da universidade pública levar o Ensino Superior a esses municípios carentes de formação profissional de nível superior (CUNHA, 1994; 2004). Mas, no caso das Especificidades no Campo do Saber, o papel do aprimoramento do ARAR A TERRA coube a Secretaria de Estado de Educação em conjunto com a Secretaria de Estado de Agricultura, em nível estadual desenvolver programa/atividades/ações intra e interssetorial no preparo ao cultivo da terra.

Mais o principal aspecto se refere à infraestrutura, que reúne uma somatória de condições especiais representadas pela diversidade de seus recursos naturais e infraestrutura física, garantindo um extraordinário potencial de crescimento e expansão urbana e rural, vejamos:

- ✓ **Rodovias:** O Pará tem mais de 7 mil km de rodovias estaduais, 5 mil km de rodovias federais e 23 mil km de estradas vicinais, além de um total de mais de 17 mil metros de pontes.
- ✓ **Aeroportos:** Entre os aeroportos o mais importante do Estado é o Internacional de Belém, situado na base aérea de Val-de-Cães, que foi ampliado de 9.000m² para 16.250m², com um novo terminal de passageiros e 3 pontes de embarque, com isso o Aeroporto de Belém ampliou sua capacidade de atendimento de 800mil para 1,5 milhões de pessoas.
- ✓ **Portos:** Com intensa navegação fluvial o Pará possui centenas de portos, a maioria para pequenas embarcações. Somente 10 portos têm importância para a economia paraense, dos quais 7 são administrados pela Companhia Docas do Pará (CDP): de Belém, Altamira, Itaituba, Marabá, Óbidos, Santarém, Vila do Conde e Miramar, e dois são exclusivos das empresas Mineração Rio do Norte (no Rio Trombetas) e Jarí Celulosa S/A (no Rio Jarí).
- ✓ **Hidroviás:** Há no Pará grande corredor de desenvolvimento interligando as hidroviás do Marajó, Capim, Tocantins/Araguaia/Rio das Mortes e Tapajós/Teles Pires/Jurema com o eixo rodo-ferroviário, num sistema multimodal, de modo a aproveitar todas as potencialidades naturais.

A importância da apresentação desse conjunto de dados nos leva a afirmar que no Brasil somente 2% das cargas nacionais são transportadas via fluvial e o Pará está mudando esse quadro, com projetos de desenvolvimento estratégico capazes de aproveitar o imenso potencial hidrográfico dentro do Estado.

Comparado com outros modais de transportes (rodoviário e ferroviário) o transporte

hidroviário reduz o custo do frete, perdas no transporte e transbordo de cargas. Além disso, gera um grande número de empregos e tem uma manutenção muito mais barata.

Outros benefícios são as melhorias das condições locais para fixação do homem no campo, valorização das propriedades urbanas e rurais e redução das distâncias marítimas para os centros consumidores da Europa, EUA e Ásia.

Após as características relevantes acerca do Estado do Pará, adentramos na análise ao Programa de Modernização da Agricultura Familiar que foi uma das estratégias encontradas pelos governantes tucanos para maximizar a eficiência e eficácia do Programa Nacional de Agricultura Familiar no Pará, inserido aos Planos Plurianuais com vistas à legalidade de seus projetos/atividades/ações.

Inicialmente, faremos uma breve introdução, e posteriormente trataremos da metodologia aplicada ao estudo do programa. Então, vamos que vamos.

Com o surgimento da necessidade cada vez maior de centralizar esforços e criar ações que apoiem ao segmento da agricultura familiar, nasceu a ideia dos Pólos de Agricultura Familiar, ou simplesmente PAF, esses pólos serviriam para gerar ações integradas visando fortalecer atividades econômicas capazes de alavancar a melhoria de renda da agricultura familiar e dinamizar economicamente o território em questão. Mas para isso atingir sua finalidade a Educação Rural ou do Campo, foi fator determinante a este propósito.

A base dos Pólos de Agricultura Familiar se divide em 4 etapas, porém ligados entre si, de acordo com os macros objetivos definidos nas ações estratégicas de governo:

- 1º - Definição dos Pólos;
- 2º - Seleção de produtos potenciais em cada município;
- 3º - Identificação dos pontos de estrangulamento das cadeias produtivas dos diferentes produtos selecionados; e,
- 4º - Ações para solucionar esses pontos de estrangulamento

Os critérios para definição dos pólos levou em consideração a seleção dos municípios componentes de cada pólo, adotou-se como critérios básicos o maior número de unidades de produção familiar (UPF's), o dinamismo da agricultura familiar e a experiência de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Considerando-se o máximo de 20 (vinte) municípios por Pólo.

Por outro lado, para caracterização da unidade de produção familiar assumiram-se como elementos fundamentais o uso preferencial de mão-de-obra familiar e a integração parcial ao mercado. Elementos que se manifestam, conforme Costa (1985 e 2000), de forma mais acentuada, na Amazônia e no Pará em particular, nas propriedades agrícolas até 200 hectares.

Desse modo foram definidos seis pólos de agricultura familiar (PAF's), sendo um em cada uma das seguintes regiões: Nordeste Paraense, Baixo Tocantins, Baixo Amazonas, Marajó, Transamazônica e Sudeste do Pará.

Contudo as atividades econômicas selecionadas, isto é, os produtos, foram selecionados de acordo com a maior dimensão da área escolhida e volume de produção. A idéia não é criar ou introduzir novas alternativas, mas apoiar as mais promissoras já existentes, dinamizando-as através de ações apropriadas, buscando-se o incremento da renda da unidade de produção familiar, gerando sinergias com os demais setores da economia municipal e robustecendo o sistema produtivo local.

Dessa forma a análise das cadeias produtivas dos produtos selecionados foi analisada com base em dados secundários, disponíveis em diferentes trabalhos, recentemente realizados, sobre a agropecuária estadual.

Procedeu-se a avaliação detalhada de cada produto para a compreensão da dinâmica da sua cadeia produtiva, fixando-se com mais atenção na identificação dos fatores restritivos à expansão e ao fortalecimento dessas cadeias.

Mas para se chegar a essa avaliação ocorreu às definições de ações, com base na identificação dos fatores restritivos buscou-se a definição de ações específicas, direcionadas aos pontos de estrangulamento de cada cadeia produtiva analisadas, na perspectiva de sua remoção ou redução de seus efeitos. A perfeita implementação dessas ações exige o respaldo de atividades de suporte que, pelo seu caráter transversal, vão além do produto ou cadeia produtiva específica, como por exemplo: organização rural, assistência técnica e extensão rural, comercialização, recuperação de áreas alteradas de forma mais abrangente, por pólo.

Todavia a estratégia geral com relação às ações foram implementadas de forma integrada com os órgãos executores dos principais instrumentos de política agrícola, destacando-se assistência técnica e extensão rural, o crédito rural, a pesquisa agropecuária e a comercialização.

Por sua vez, os níveis elevados de eficácia desses instrumentos de política não podem ser alcançados fora de um contexto de participação e organização dos agricultores. Nesse sentido, o que se propõe é o fortalecimento das diferentes formas de organização rural e o seu envolvimento como agentes ativos no processo de discussão, planejamento, execução e acompanhamento das ações propostas, significa dizer, que o nível de organização dos agricultores deve ser entendido como critério prioritário na seleção das comunidades que integrarão o programa.

Mas, a ideia central era buscar a convergência de esforços das instituições governamentais e não governamentais, voltados para o desenvolvimento rural, assim como de organizações da sociedade civil em todas as ações a serem implementadas em cada pólo, em cada unidade familiar de produção.

Convém realçar a importância de uma perfeita integração com as secretarias Municipais de Agricultura, sobretudo pelo papel que desempenham na formulação, execução e coordenação da política agrícola, em nível municipal.

A abrangência das ações deve ser determinada de modo a permitir um impacto relativo

às áreas-foco. Isso implica em evitar grandes amplitudes de abrangência, que resultam muitas vezes em ações débeis e pulverizadas sem qualquer impacto mais visível. Neste sentido, a idéia proposta é selecionar em cada município do Pólo, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, 10 (dez) comunidades e em cada comunidade, 20 (vinte) unidades de produção familiar, estas selecionadas pela Associação de produtores das respectivas comunidades, significando um total de 200 (duzentos) unidades familiares por município.

Dentre as diretivas que levaram às escolhas dos municípios membros de cada Pólo as principais adotadas foram: o alcance ao maior número de agricultores familiares; o dinamismo da agricultura familiar e a existência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (entidade fundamental no tocante ao acesso a recursos vindos de programas de apoio como o PRONAF), estabelecendo um teto máximo de 20 (vinte) municípios por Pólo.

PÓLOS	MUNICÍPIOS COMPONENTES	PRODUTOS SELECIONADOS
I - Nordeste Paraense	Benevides, Santa Bárbara, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Castanhal, Inhangapí, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Santa Maria do Pará, Capanema, São João de Pirabas, Bujarú, Augusto Corrêa, Tracuateua, Bragança, Viseu, Capitão Poço, Ourém, Garrafão do Norte, Irituia, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá, Maracanã, Marapanim, São Caetano de Odivelas e Quatipuru.	Caupí, mandioca, Fruticultura (açai, caju, cupuaçu e banana), pimenta-do-reino, ovinocaprinocultura, mel orgânico e gado de leite.
II - Baixo Tocantins	Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri, Acará, Moju, Concórdia do Pará, Tomé-Açu, Baião, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará.	Mandioca, pimenta-do-reino, cupuaçu e açai.
III - Baixo Amazonas	Santarém, Alenquer, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Juruti.	Mandioca, feijão, café, cupuaçu, curauá, juta, ovinocaprinocultura e gado de leite.
IV - Transamazônica	Altamira, Brasil Novo, Uruará, Medicilândia, Rurópolis, Anapú, Pacajá, Itaituba.	Mandioca, cacau, pimenta-do-reino, cupuaçu e café.
V - Marajó	Breves, Salvaterra, Soure, Melgaço, Currálinho, Ponta de Pedras, Portel, Afuá, Anajás, Gurupá, São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Arari.	Mandioca, abacaxi, açai, mel orgânico, coco.
VI - Sudeste Paraense	Marabá, Itupiranga, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Paragominas, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Redenção, São Geraldo do Araguaia, Xinguara, São Félix do Xingu, Tucumã, Novo Repartimento e Tucuruí.	Mandioca, cupuaçu, abacaxi, café, cacau, gado de leite, ovinocaprinocultura.

Tabela 1: Polos de Agricultura Familiar

Fonte: <http://para2030.com.br/oportunidades/agricultura-familiar-sustentavel/>, / (ago/2017).

	GADO DE LEITE	OVINOCAPRINO	MEL ORGÂNICO P. DO REINO	BANANA	CUPUAÇU	CAJÚ	AÇAI	MANDIOCA	CAUPI
PONTOS DE ESTRANGULAMENTO									
Abelhas rainhas de baixa produtividade									
Acesso restrito ao crédito rural									
Baixa eficiência dos sistemas tradicionais de produção									
Baixo emprego de tecnologia no processo de produção e beneficiamento									
Baixo nível de capacitação e gerenciamento dos produtores									
Baixo nível de organização dos produtores									
Baixo nível sócio-cultural									
Carência de agroindustrialização de base familiar									
Carência de assistência técnica									
Carência de cultivares resistentes às doenças									
Carência de material clonal de qualidade									
Carência de processos de certificação de produtos									
Carência de sementes melhoradas e fiscalizadas									
Comercialização deficiente									
Custos de produção elevados									
Deficiências zootécnicas das espécies exploradas									
Deficiente processo de produção de mel de abelhas indígenas									
Dificuldades de acesso a tecnologia de melhoramento genético									
Estrutura de processamento de mel deficiente									
Falta de diversificação dos produtos da agroindústria de mandioca									
Falta de higiene no manuseio e transporte do produto									
Insuficiência de cultivares									
Manejo nutricional, reprodutivo e sanitário deficientes									
Ocorrência de pragas e doenças									
Precárias condições higiênicas e sanitárias de beneficiamento do produto									

Tabela 2: Pontos de Estrangulamentos:

Fonte: <http://para2030.com.br/oportunidades/agricultura-familiar-sustentavel/>, (ago/2017)

Desta maneira, o conjunto de ações propostas pelo programa para os pontos de estrangulamentos tiveram suas análises levando em conta a reflexão sobre os pontos de estrangulamento nas 10 cadeias produtivas, referentes aos produtos que são trabalhados pela agricultura familiar, constatou-se que o caupi e a mandioca são os produtos que apresentam maior número de pontos de estrangulamento – nove, e os de menor número são o cupuaçu e o gado de leite.

Os pontos comuns a todos os produtos são: o baixo nível de capacitação e gerenciamento dos produtos, comercialização deficiente, baixa eficiência dos sistemas tradicionais de produção, baixo nível de organização dos produtores e carência de assistência técnica.

Cadeia Produtiva		Ações (em destaque) ⁵
Produto	Pólos	
Açaí	I, II e V	-Capacitação Técnica e gerencial; -Produção de sementes melhoradas; -Tecnologias apropriadas.
Caupi	I	-Capacitação Técnica e gerencial; -Produção de sementes fiscalizadas; -Tecnologias apropriadas.
Mandioca	I, II, III, IV, V e VI	-Capacitação Técnica e gerencial; -Produção de material de propagação; -Tecnologias apropriadas; - Apoio à agroindústria familiar.
Caju	I, IV e VI	-Capacitação Técnica e gerencial; -Produção de material botânico; -Tecnologias apropriadas; - Apoio à agroindústria familiar.
Cupuaçu	I, II, III e IV	-Capacitação Técnica e gerencial; -Produção de sementes material de qualidade; -Tecnologias apropriadas; - Apoio à agroindústria familiar.
Banana	I, II, III e VI	-Capacitação Técnica e gerencial; -Produção de Material de Propagação.
Pimenta do Reino	I, II, III e VI	-Capacitação Técnica e gerencial; -Campos de Produção de Estacas para Tutor Vivo.
Mel Orgânico	I, II, III, V e VI	-Capacitação Técnica e gerencial; -Apoio à produção de abelhas rainhas e meliponários; -Apoio à agricultura familiar; -Apoio a comercialização.
Ovinocaprinocultura	I, II, III e IV	-Capacitação Técnica e gerencial; -Introdução de matrizes e reprodutores; -Tecnologias apropriadas; - Apoio à agroindústria familiar.
Gado de Leite	I, II, III, IV, V e VI	-Melhoramento genético; -Suplementação mineral; -Manejo sanitário; -Pastagens degradadas; -Qualidade do leite; -Linhas de financiamentos; -Energia elétrica.

Tabela 3: Ações Propostas aos Pontos de Estrangulamentos

Fonte: <http://para2030.com.br/oportunidades/agricultura-familiar-sustentavel/>, (ago/2017)

Nesse aspecto, o cenário proposto às ações transversais visava o objetivo da melhor eficiência do processo garantindo ao agricultor a ampliação da margem de comercialização e por conseqüência o aumento de renda.

Então, buscou-se, nesta etapa, a fomentação das ações, visando: Marca e certificação de produtos; apoio a implantação de sistema comunitário de comercialização, de criação aos mercados institucionais e melhoria da qualidade e padronização dos produtos, e por fim, a eliminação de alguns agentes de intermediação no processo de comercialização da produção.

As Associações de Produtores das Comunidades deveriam uma área destinada ao apoio à comercialização e os membros que ficarão responsáveis por essa área trabalharão em esquema de rodízio para que não haja prejuízo às suas atividades normais.

⁵ Esses pontos de estrangulamentos só seriam neutralizados por meio da Educação Rural e/ou de Campo.

Dessa forma a organização rural, foi outro fator marcante ao processo de municipalização, que visa em última instância o desenvolvimento do território e não apenas de um setor econômico, a organização rural tem um papel fundamental nesse contexto.

Uma das estratégias de planejamento e gestão compartilhada mais adequada a esse propósito é a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável, entendido como uma estratégia de indução ao desenvolvimento local, favorecendo o crescimento econômico, e elevando o capital humano e social, melhorando as condições de governo e o uso sustentável do capital natural.

Para tanto, as ações deveriam ser direcionadas a reestruturação, orientação e acompanhamento de associações de agricultores familiares.

Para isso era necessário o levantamento de todas as formas de organizações rurais e o seu envolvimento como agentes ativos no processo de discussão, planejamento, execução e acompanhamento, destacando os elementos motivadores da sua criação, dinâmica de funcionamento, número de associados, infraestrutura física, nível de processo de gestão adotado entre outros aspectos.

A irrigação em comunidades e a sustentabilidade da agricultura familiar deve ser obtida por meio da incorporação de tecnologias que reduzam os riscos e perdas e assegurem produtividades mais elevadas. Nesse contexto, a irrigação assume papel de destaque por suas várias possibilidades: redução do índice de mortalidade pós-plantio; aumento significativo do rendimento das lavouras; produção no período da entressafra, entre outras vantagens.

As ações propostas estão direcionadas para desenvolver junto às comunidades selecionadas a idéia básica de estruturar nas propriedades familiares um kit de irrigação que existem em dois tipos: o Modulo A para irrigação de lavouras de hortaliças e o modulo B, para as propriedades que trabalham com fruticultura e culturas industriais (pimenta-do-reino), com acompanhamento técnico pelo CPATU/Embrapa, para posteriormente ser realizado o trabalho de difusão dos resultados obtidos.

A conscientização sobre agricultura orgânica, e o uso de fertilizantes químicos ou orgânicos na melhoria da produtividade dos solos cultivados é uma prática cultural necessária para obter um melhor desempenho nas atividades agropecuárias. Este tipo de ação pode ser feito por meio do cultivo de minhocas que por sua natureza realizam no solo incessante trabalho, como sejam: abertura de janelas e remoção de solo com a deposição de excrementos de composição variada.

Mas, a composição que apresenta o nitrogênio contido na urina dos pequenos animais, a ação incessante do muco do húmus, são capazes de restaurar a fertilidade e as condições física e química do solo, principalmente, em áreas degradadas, portanto, imprópria para a utilização no processo de produção agropecuária. Assim sendo, a presente ação pretende através dos agricultores familiares disseminar a produção e uso

de adubo orgânico.

Serão selecionadas duas comunidades por município, para funcionarem dentro do município como centro gerador ou produtor de minhoca, que posteriormente serão repassadas dos agricultores de acordo com a produção animal.

Nesses centros serão construídos canteiros de tela, onde serão colocados resíduos orgânicos de lixo caseiro e da produção e resíduos de matadouro, que serão colocados para fermentação. A orientação para retirada das minhocas e do húmus será dada por técnicos da SAGRI ou Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER

EMATER, que atuara na capacitação técnica, orientação e assistência técnica aos produtores organizados.

Nesse sentido o preparo de área sem foco é a ideia central é criar 2 núcleos tecnológicos por ano em cada mesorregião, o Projeto será coordenado pela SAGRI / EMATER / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Estes núcleos se articularão em nível municipal com as prefeituras, através das secretarias de agricultura.

Por sua vez, o governo estadual bancará a aquisição de maquinário (trator e trituradeira) e os agricultores pagarão uma taxa simbólica pelos serviços de trituração. A aplicação das demais práticas associadas às novas tecnologias será assumida pelos agricultores.

O monitoramento e a avaliação leva em consideração a avaliação do impacto do Programa, buscando conhecer o nível de contribuição e a eficácia das ações no desenvolvimento sustentável dos municípios comparando com os dados obtidos no início da implantação do programa.

Durante a execução do Programa será levantado de maneira constante, dados e informações de forma sistemática e contínua para análise e identificação de pontos de ajuste.

Para isso ocorrer é necessário criar Comitês de Monitoramento e Avaliação que deverão funcionar dentro das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural, que após treinamento específico assumirão a responsabilidade do monitoramento e avaliação das ações do programa, baseadas nos planos municipais.

Sendo assim, a avaliação dos resultados do programa com relação às atividades produtivas são extremamente diversificadas e o setor primário reflete isso bastante bem, destacando-se dois grupos distintos: o segmento empresarial moderno e eficiente que conta com capital e proteção da rede de serviços financeiros estatais e o segmento de micro e pequenos agricultores, normalmente excluídos da rede de serviços e com dificuldades de acesso e de comercialização.

O Programa Modernização da Agricultura Familiar é voltado para atender esse ultimo segmento, objetivando aumentar o acesso a tecnologias e assistências técnicas assim como a gestão de negócios para desenvolver o sistema de produção melhorando o volume colhido e também a renda obtida na atividade.

O programa espera orientar a sustentabilidade das atividades para que com isso possa desenvolver não só o agricultor, mas também o seu entorno.

Observa-se que o programa, apesar de sua importância, apresenta limitações. Primeira diz respeito ao público alvo, que não abarca o segmento extrativista florestal, que ainda detém representatividade no interior do setor primário estadual.

A respeito dos recursos orçamentários envolvidos que são mínimos quando comparados ao número de municípios do Estado, equivalendo a quarenta e seis mil reais (R\$ 46.000,00) por município, uma quantia irrisória quando o valor bruto da agropecuária é 26% de toda a riqueza produzida no Estado.

Além de serem poucos, parte dos recursos disponibilizados ainda são utilizados em obras e equipamentos, o que reduz ainda mais o desenvolvimento das atividades planejadas para o desenvolvimento.

A imensidão do nosso estado e a diversificação cultural por si só também são barreiras ao desenvolvimento das atividades. Por outro lado, essa diversidade determina a presença de recursos humanos compatíveis com as atribuições do Programa.

O avanço obtido na alocação de recursos humanos contrasta com a reformulação institucional da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura - SAGRI que acarretou em um problema temporário de continuidade na execução do programa em face de indefinição dos responsáveis pela operacionalização do mesmo, o que certamente explica o descompasso nas ações desenvolvidas.

É inegável a importância do Programa para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, os investimentos em tecnologia e gestão, a melhoria da rede de assistência técnica, a formação de recursos humanos, a expansão da fronteira agrícola; instalação de novos empreendimentos explicam os avanços observados é fruto dos esforços conjunto entre os **SETORES DA EDUCAÇÃO E AGRICULTURA**, ratificando desta maneira, **OLHAR NAS ESPECIFICIDADES NO CAMPO DO SABER**. Vejamos esta afirmação em nosso ponto de vista, pelo de Paulo Freire.

“... Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história.” PAULO FREIRE⁶.

Contudo, objetivando clarificar mais precisamente a Educação no Campo do Saber, contextualizamos em breve relato a história da Educação Rural, e posteriormente a reflexão entre o entendimento, **EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO**.

6 Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PERÍODOS DA CRONOLOGIA	EDUCAÇÃO RURAL - FATOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1824 e 1891 ✓ 1934 ✓ 1937 e 1946 ✓ 1967 (1979) ✓ 1988 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há registros. ▪ Educação rural a partir do modelo latifundiário. ▪ Modelo latifundiário. Mas ensino agrícola, controle do latifundiário. ▪ Mantem-se o modelo latifundiário. ▪ Educação direito de todos.

Tabela 4: A cronologia da Educação Rural

Fonte: Elaborada pelo autor (ago/2017).

Historicamente quando falamos de Educação do Campo, estamos falando das ações educacionais direcionadas à população de camponeses, e realizada por meio da educação formal, como também informal. Daí vem o seguinte questionamento: O que é educação formal e informal?

A educação formal é aquela destinada a escolarização da população nos diferentes níveis de ensino, básico e/ou superior. E tendo a frente à entidade Pública, Privada ou Comunitária.

A educação informal é aquela de iniciativa de movimentos sociais, ONGs, pastorais, instituições de assistência técnica e de pesquisa, entre outras entidades da sociedade civil.

De acordo com o entendimento de Fernandes (apud SOUZA, 2006 p. 16): “A Educação do Campo nasceu em contraposição à Educação Rural. O que a Educação Rural não fez durante quase um século, a Educação do Campo fez em uma década”.⁷.

Então, **EDUCAÇÃO RURAL**, é o entendimento acerca dos espaços das comunidades rurais como local de produção, e de acordo como cada país concebe sua ocupação territorial.

Em muitos casos é caracterizado pelas verdes paisagens, que remetem à tranquilidade e a relações sociais, tais quais igrejas, associações, cooperativas e escolas (WANDERLEY, 2001).⁸. Já **EDUCAÇÃO DO CAMPO**, é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. É destinada às populações rurais nas diversas produções de vida já citadas, assim como serve também como denominação a educação para comunidades quilombolas, em assentamento ou indígena.

7 SOUZA, Maria Antônia. Educação do Campo. Propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

8 Wanderley, Maria de Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>, (ago/2017).

A base legal da Educação do Campo é dita pelos artigos 26 e 28 da atual LDB, nº9394/1996, respectivamente:

- Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
- Por sua vez, por meio da LEI 12.796/2013 (LEI ORDINÁRIA) 04/04/2013, o artigo 26 passa a ter nova redação:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos⁹.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Enfim, a realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, em 1998, sob a iniciativa de diversos segmentos sociais, a expressão campo passa a substituir o termo rural. Entende-se que, em tempos de modernização, com esta expressão “campo”, há uma abrangência maior de sociedades diversas que habitam as regiões do país que não se dizem urbanas.

A partir desse novo conceito, a diferença entre **ESCOLA RURAL E ESCOLA DO CAMPO** torna-se visível e necessária, pois até esse momento o modelo educacional vigente não as diferia:

“a educação rural era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos”.

Segundo Rosa e Caetano (2008, p.23),¹⁰,

Com implantação do conceito “educação do campo”, ocorre uma inclusão e conseqüente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo-lhes oportunidade de participarem, por meio de suas experiências, de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais democráticas e solidárias (grifo nosso).

9 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1

10 ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...seus desafios e suas perspectivas. Disponível: <http://www.portaltrilhas.org.br/download/biblioteca/da-educacao-rural-a-educacao-docampo.pdf>, (ago/2017).

Nesse sentido, podemos afirmar que as reivindicações dos movimentos sociais se concentram em políticas públicas condizentes com as necessidades e interesses da população camponesa, respeitando sua identidade e sua dignidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora as temáticas, Educação do Campo e Movimentos Sociais sejam assuntos completamente diferentes, ambas se interligam no ponto de vista do autor desde estudo, considerando que a primeira é consequência da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na conquista ao direito de ARAR A TERRA por meio da especificidade do saber do campo, e as duas são tratadas por meio de políticas públicas nas esferas governamentais, quer federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, acreditamos que pra discutir, debater e laborar políticas educacionais e sociais o ponto fundamental é a trajetória de sua história e a importância desta no tempo atual, tanto é que a Educação do Campo e Movimentos Sociais no caminhar deste estudo tem seu alicerce por meio da análise ao Programa de Modernização da Agricultura Familiar no Estado do Pará, como uma das ações estratégicas para a consolidação eficiente e eficaz do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF no território paraense durante a gestão dos governos do Partido da Social Democracia Brasileira / PSDB, que afirmavam que a instalação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional deve considerar as especificidades de cada uma das regiões, no que se refere às restrições do meio ambiente, as questões sociais (saúde, educação, segurança e outras...), econômicas e as oportunidades de investimento.

Os avanços obtidos por meio das ações governamentais e implementados no seguimento da agricultura familiar, e esta fomentada entre as estratégias, a educação no campo é a base imperativa ao sustento das demais, considerando que a finalidade de desenvolver esse seguimento, passaria pelo Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, criado em 1994, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no que se refere ao financiamento de projetos voltados para esta área e posteriormente o Programa Nacional de Agricultura Familiar, contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e no Estado do Pará, foco da análise.

O Programa de Agricultura Familiar, tanto no contexto nacional como estadual, demonstrou o desenvolvimento desse segmento, impulsionado por ações diagnosticadas nos Planos Plurianuais Estaduais.

Percebe-se que o Programa visa estimular o associativismo entre as comunidades das mesorregiões e microrregiões paraenses como uma forma de contribuir para o desenvolvimento regional por da implementação de linhas de produção, facilitando a consolidação das cadeias produtivas, procurando superar as dificuldades e ameaças,

satisfazendo as necessidades do público alvo, objeto do programa, de maneira a proporcionar maior geração de renda e melhor qualidade de vida das comunidades inseridas no contexto.

É importante ressaltar, que o sucesso do Programa de Modernização da Agricultura Familiar no Estado do Pará deve-se primeiramente aos aspectos naturais e em seguida nas políticas públicas implementadas e em implementações, além de apoiar-se na parceria Estado / Comunidade, buscando a sustentabilidade do desenvolvimento regional como um todo por meio da base principal a **Educação do Campo por meio da especificidade do saber.**

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. & Da VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do PRONAF. Brasil: IPEA, Texto para Discussão nº. 641, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo & VEIGA, José Eli. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). IPEA, *Texto para Discussão nº 641*, 1999.

BELIK, Walter. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: GRAZIANO DA SILVA, José & CAMPANHOLA, Clayton (orgs.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*, v. 4. Jaguariúna (SP), EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, p. 93-115.

BRASIL. Planalto/Senado Federal/Legislação. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1. Acesso (ago/2017).

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. In: *Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade*. Vol. 25, n. 88, p.795-817, especial. Out. 2004.

EMATER/PR, Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná, Curitiba, 2000.

FAO. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. FAO/INCRA, 1994 (Projeto UTF/BRA/036).

_____. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. FAO/INCRA, 1996 (Projeto UFT/BRA/036/BRA).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MONTEIRO, Walbert & MONTEIRO, Tercília Goés. *Guia Empresarial do Pará*. Editora Agencia Ver, 2001.

MST, A História da luta pela terra/Seções. Disponível: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/> acesso (ago/2017).

PARÁ, Governo. Secretaria de Estado de Planejamento. Publicações/PPA. Disponível: <http://seplan.pa.gov.br/>. Acesso (ago/2017).

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...seus desafios e suas perspectivas. Disponível: <http://www.portaltrilhas.org.br/download/biblioteca/da-educacao-rural-a-educacao-docampo.pdf>. Acesso (ago/2017).

SOUZA, Maria Antônia. Educação do Campo. Propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Avaliação da experiência de capacitação dos conselheiros dos CMDRs no estado do Rio Grande do Sul. *Nota técnica para o projeto PNUD/BRA/98/012*. Porto Alegre, UFRGS - Fundação Lindolfo Silva, 2001 [mimeo].

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>, (ago/2017).

WAQUIL, P. "Globalização, formação de blocos regionais e implicações para o setor agrícola no Mercosul". *Análise Econômica*, 27:1-13, mar. 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Familiar 64, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 165

Análise Institucional 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28

Aprendizagem 6, 7, 8, 11, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 60, 110, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 154, 156, 162, 201, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 222, 223

Aprendizagem Ativa 134, 141

B

Bullying 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16

C

Campo 3, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 142, 146, 149, 151, 164, 166, 174, 176, 180, 189, 191, 199, 221, 223

Ciência 27, 29, 31, 39, 59, 60, 89, 95, 102, 104, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 143, 159, 166, 169, 173, 176, 205, 212, 214, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 230

Comunicação 7, 8, 118, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 192, 194, 221, 222, 231

Conhecimento 5, 20, 21, 25, 26, 27, 31, 32, 36, 38, 40, 45, 47, 50, 53, 54, 56, 65, 72, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 103, 104, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 156, 159, 162, 165, 167, 168, 185, 186, 189, 194, 210, 211, 215, 218, 220, 223, 231

Construção do Conhecimento 103, 104, 134, 139

Cotas 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 75, 194, 195, 197

D

Diário de Campo 91, 93, 98, 100, 101, 126

E

Educação 1, 3, 4, 16, 17, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 132, 134, 135, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 197, 200, 201, 202, 206, 208, 210,

211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Emancipação 61, 91, 94, 99

ENADE 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Ensino 11, 16, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 76, 77, 86, 87, 89, 91, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 135, 136, 137, 142, 148, 149, 154, 156, 161, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191, 193, 195, 200, 201, 202, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Escola Democrática 1, 4

Expansão 106, 117

F

Formação Continuada 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 60, 225, 226

Função Social 41, 44, 49, 51, 143, 196, 197

I

Implicação 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 104, 192

Inclusão 32, 55, 56, 57, 61, 73, 87, 97, 197, 223

Indicadores de Qualidade 106, 107, 108, 110, 116, 117

M

Metodologia 18, 21, 26, 27, 36, 39, 41, 78, 107, 117, 133, 134, 135, 136, 140, 176, 191, 192, 209, 213, 214, 222, 224, 229

Metodologias Ativas 134, 141

Moralidade 1, 3, 173

Movimentos Sociais 58, 59, 64, 65, 66, 68, 70, 73, 75, 86, 88, 156, 187, 192, 194, 199, 200

O

Observação Participante 91, 93, 98, 99, 104

P

Pedagógicas 41, 42, 49, 50, 51, 54, 86, 90, 149, 155, 161, 163, 167

Pesquisa 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 37, 38, 39, 41, 50, 55, 56, 57, 62, 64, 69, 79, 84, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 135, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 153, 163, 167, 168, 169, 170, 190, 192, 193, 201, 202, 209, 211, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229, 230

Pesquisa Acadêmica 18, 22

Pesquisa de Campo 16, 91, 100

Pesquisador 5, 7, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 118, 119, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 149, 165, 224

Pós-Graduação 38, 63, 91, 106, 133, 142, 143, 145, 150, 151, 153, 171, 194, 217

Práticas 3, 16, 38, 41, 42, 49, 50, 51, 54, 74, 84, 86, 90, 95, 97, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 128, 131, 132, 144, 145, 151, 155, 163, 167, 177, 200, 205, 216

Professor Mediador 134

Projeto de Extensão 29, 30, 31, 32, 38

Psicologia 1, 3, 17, 18, 20, 23, 24, 27, 28, 40, 91, 92, 104, 105, 120, 130, 151, 182, 186, 200, 214, 216, 219

S

Sujeito Social 41, 44, 169, 204, 211

T

Teorias Críticas 142, 145, 149, 150, 151

V

Vagas 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 109

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020